

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA/ES****ANALISTA LEGISLATIVO – CONTABILIDADE****TIPO 1 – BRANCA****MATERIAIS**

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: ANALISTA LEGISLATIVO – CONTABILIDADE

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

A digital da solidão

A polpa digital mudou de função. Além da digital tradicional que nos identifica, deixa rastros eletrônicos que revelam confidências e inconfidências. Dizem que o homem moderno não está mais sozinho. Carrega no bolso um aparelho que o conecta ao mundo inteiro, às multidões, aos amigos de infância que mal se lembram dele e aos desconhecidos que compartilham fotografias de cães e gatos fazendo coisas extraordinárias. É a era da comunicação total, dizem os ufanistas. Nunca estivemos tão próximos uns dos outros. Pois eu digo: nunca estivemos tão magnificamente sós. Talvez porque, como já suspeitava Schopenhauer, a convivência não elimina a solidão – apenas a distrai por alguns instantes.

O celular é o grande paradoxo do nosso tempo. Prometeu-nos companhia e nos entregou solidão. Uma solidão que fica na polpa digital, colorida, que vibra e faz barulhinhos. Antes, quando um sujeito estava só, ele sabia que estava só. Doía, mas passava. Sentava-se numa cadeira, olhava pela janela e contemplava o vazio existencial com a dignidade de quem sabe que está vivo e, portanto, irremediavelmente sozinho.

Hoje não. Hoje a solidão vem camuflada. O sujeito está ali, sozinho no quarto, na cama, no sofá, no ônibus, mas não se sente só porque está rolando o dedo na telinha, vendo vidas alheias, curtindo, comentando, reagindo com *emojis* que expressam sentimentos que ele nem sabe se realmente sente. É uma solidão acompanhada, se é que isso faz algum sentido. E não faz. No fundo, é apenas mais uma tentativa de fugir do tédio – aquele vazio que surge quando a vontade não está ocupada com desejos imediatos.

O curioso é que ninguém admite. Pergunte a qualquer pessoa se ela se sente solitária e ela dirá que não, que tem centenas de amigos (no *Facebook*), milhares de seguidores (no *Instagram*), conexões profissionais (no *LinkedIn*), e está sempre em contato com todo mundo. Sempre. A toda hora. É o que ela diz.

A Organização Mundial da Saúde declarou que temos um problema de saúde pública mundial nas mãos. Desde 2014, quando as redes sociais se expandiram e se tornaram onipresentes como o ar que respiramos (só que bem menos saudáveis), os índices de depressão e suicídio dispararam, especialmente entre os jovens.

O celular nos roubou algo precioso: o direito ao ócio, à contemplação, ao devaneio. Não somos ingênuos. Sabemos que o celular está nos tornando mais solitários, mais ansiosos, mais distraídos. Sabemos que as redes sociais foram desenhadas para viciar, que cada curtida libera uma “dosezinha” de dopamina. Sabemos tudo isso e continuamos, dedo no *scroll*, olho na tela, alma no limbo.

O que fazer, então? Jogar o celular pela janela e voltar para a idade do telefone de discar? Claro que não. O celular é uma ferramenta maravilhosa, revolucionária, indispensável. O problema não é o aparelho, é o que fizemos dele.

Talvez a solução seja simples, embora difícil: aprender a estar só de verdade. Desligar o celular de vez em quando. Sentar numa cadeira e olhar pela janela. Deixar o tédio vir, a inquietação, o silêncio. Descobrir que a solidão não é tão terrível assim – e que é justamente na solidão que o indivíduo pode se libertar da influência constante dos outros e se aproximar de si mesmo. Porque no fim das contas, a solidão é inevitável. É a condição humana. Aceitá-la como companheira é condição básica para nossa sanidade mental.

(Disponível em: <https://www.em.com.br/colunistas/carlos-starling/>. Acesso em: maio de 2026. Fragmento.)

Questão 01

Ao longo do texto, o autor constrói uma linha de raciocínio baseada em um paradoxo central para discutir a relação do homem contemporâneo com a tecnologia. Considerando a estratégia argumentativa do autor e as reflexões apresentadas no texto, é correto afirmar que:

- A) Depreende-se do 4º§ que a negação da solidão por parte dos usuários das redes sociais advém de uma constatação empírica de suporte emocional e social oferecido pelas plataformas virtuais como o *Facebook* e o *Instagram*.
- B) A referência ao pensamento de Schopenhauer serve para sustentar a defesa de que a conectividade virtual falha em mitigar a solidão essencial, operando meramente como um mecanismo de anestesia ou distração temporária.
- C) O autor valida a posição dos “ufanistas” ao reconhecer que a conexão global proporcionada pelo celular reduziu o isolamento geográfico, embora critique o excesso de fotografias de animais de estimação compartilhadas nas redes.
- D) Na visão do autor, a dignidade do isolamento do passado era superior porque os indivíduos daquela época possuíam uma inclinação natural para o ócio criativo, ao passo que o homem moderno carece de capacidade cognitiva para o silêncio.



Questão 02

Embora o texto possua uma orientação tipológica predominante, sua construção interna é marcada pelo hibridismo, ou seja, pelo uso de diferentes sequências tipológicas que atuam a serviço do objetivo principal do autor. Considerando a organização das sequências textuais apresentadas, é correto afirmar que:

- A) O 5º§ caracteriza-se como uma sequência injuntiva, pois o autor utiliza dados institucionais para expor um panorama sobre a saúde pública.
- B) O 2º§ interrompe a progressão reflexiva ao introduzir uma sequência puramente narrativa, cujo objetivo principal é relatar cronologicamente uma biografia específica.
- C) O texto estrutura-se por meio de sequências argumentativas com ausência de elementos descritivos ou narrativos, visto que não fazem parte da estrutura de textos que expressam a opinião do autor.
- D) O fragmento “O sujeito está ali, sozinho no quarto, na cama, no sofá, no ônibus, mas não se sente só porque está rolando o dedo na telinha,[...] (3º§)” configura uma sequência descritivo-explicativa que serve de base empírica para a argumentação principal.

Questão 03

No título do texto – “A digital da solidão”, a expressividade e a força argumentativa constroem-se primordialmente a partir de:

- I. Um recurso polissêmico, no qual a palavra “digital” evoca simultaneamente a ação do toque físico na tela e a própria era tecnológica, simbolizando que o instrumento de conexão virtual tornou-se a marca identitária do isolamento contemporâneo.
- II. Um pleonasmo estilístico, dado que a noção de “solidão” pressupõe, na sociedade moderna descrita pelos ufanistas, a necessidade do uso de plataformas eletrônicas e redes sociais.
- III. Uma contradição lógica, visto que o termo “digital” refere-se ao universo tecnológico e virtual, o que impede sua associação mecânica com um sentimento subjetivo e abstrato como a “solidão”.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 04

No 1º§, ao analisar a hiperconectividade provocada pelos aparelhos celulares, o autor afirma: “É a era da comunicação total, dizem os ufanistas. Nunca estivemos tão próximos uns dos outros. Pois eu digo: nunca estivemos tão magnificamente sós.” Considerando o contexto em que está inserido, o vocábulo “ufanistas” é utilizado para caracterizar as pessoas que:

- A) Adotam uma postura cética e tecnofóbica, alertando constantemente a sociedade sobre os perigos iminentes do isolamento social no ambiente virtual.
- B) Demonstram um otimismo exagerado, ou orgulho desmedido em relação aos avanços tecnológicos, não enxergando os efeitos colaterais negativos das redes sociais.
- C) Apresentam uma visão centrada na área comercial e mercadológica, cujo único interesse é o lucro obtido através da liberação de dopamina gerada pelas curtidas nas publicações.
- D) Defendem a neutralidade científica dos algoritmos, argumentando que as ferramentas digitais não influenciam o comportamento ou a saúde mental dos indivíduos, pois o controle é determinado pelo indivíduo.

Questão 05

No 6º§ do texto, ao analisar a percepção sobre o uso dos smartphones, o autor utiliza a seguinte estrutura: “Sabemos que o celular está nos tornando mais solitários, mais ansiosos, mais distraídos.” Do ponto de vista da construção textual, da estilística e dos efeitos de sentido, a repetição da palavra “mais” cumpre o papel de:

- A) Introduzir uma sequência de orações subordinadas adverbiais comparativas, cujo objetivo é mensurar matematicamente o nível de dopamina liberado no cérebro do usuário.
- B) Exercer a função sintática de núcleo do sujeito composto, conectando semanticamente o aparelho celular aos sentimentos de angústia expressos pelos termos subsequentes.
- C) Evidenciar um vício de linguagem decorrente do registro coloquial, o qual compromete a coesão textual e deveria ser corrigido pela eliminação das duas últimas ocorrências do termo.
- D) Funcionar como um recurso retórico de reiteração (anáfora), que intensifica progressivamente o impacto negativo do objeto na psique humana, conferindo um ritmo de gradação acumulativa à denúncia do autor.



Questão 06

A manutenção da unidade temática e a progressão das ideias no texto dependem de uma rede complexa de mecanismos coesivos. O autor utiliza desde substituições por termos equivalentes até a omissão planejada de constituintes sintáticos. Considerando o funcionamento desses recursos na dinâmica do texto, assinale a afirmativa correta.

- A) A expressão “aquele vazio”, empregada no fechamento do 3º§, atua como um elemento de coesão lexical que sintetiza e retoma anaforicamente o conceito de “tédio”.
- B) Em “Carrega no bolso um aparelho que o conecta ao mundo inteiro, [...]” (1º§), o pronome oblíquo destacado exerce papel coesivo anafórico ao retomar, por substituição, o substantivo “aparelho”.
- C) No fragmento: “Desde 2014, quando as redes sociais se expandiram e se tornaram onipresentes como o ar que respiramos (só que bem menos saudáveis), [...]” (5º§), o adjetivo destacado estabelece coesão por concordância atrativa com o substantivo elíptico “gerações”.
- D) No 3º§, no segmento “[...] mas não se sente só porque () está rolando o dedo na telinha, () vendo vidas alheias, () curtindo, () comentando, [...]”, a omissão do sujeito, indicada pelos parênteses, funciona como recurso coesivo que mantém como referência implícita o termo “o celular”.

Questão 07

No 4º§, ao reproduzir o discurso das pessoas que negam a solidão virtual, o autor utiliza a seguinte sequência de enunciados: “[...] e está sempre em contato com todo mundo. Sempre. A toda hora. É o que ela diz.” A opção pelo isolamento das expressões “Sempre” e “A toda hora”, por meio do ponto final, configura um recurso estilístico de fragmentação sintática cuja intenção primordial é:

- A) Evidenciar uma interrupção involuntária do raciocínio (anacoluto), típica de textos jornalísticos produzidos sob restrição de tempo.
- B) Atenuar o teor crítico do parágrafo, demonstrando que o autor concorda com a constância e a qualidade das conexões virtuais estabelecidas.
- C) Introduzir uma sequência de orações coordenadas assindéticas de valor explicativo, com o objetivo de justificar cientificamente a tese dos ufanistas.
- D) Mimetizar o ritmo acelerado e fragmentado do fluxo de comunicação digital, ao mesmo tempo em que confere um tom irônico e cético à repetição das justificativas dos usuários.

Questão 08

No último parágrafo do texto, o autor utiliza a seguinte sequência de estruturas: “Desligar o celular de vez em quando. Sentar numa cadeira e olhar pela janela. Deixar o tédio vir, a inquietação, o silêncio. Descobrir que a solidão não é tão terrível assim [...]”. Considerando os mecanismos de articulação textual e os efeitos de sentido pretendidos, aproximar essas orações sem o emprego de conectivos explícitos indica que:

- A) O autor utilizou um recurso de coordenação sindética explicativa, no qual o ponto final atua como substituto morfológico da conjunção “porque”.
- B) Houve uma quebra na coesão e na coerência textuais, gerando um fragmento inteligível e sintaticamente incorreto perante a norma-padrão da língua portuguesa.
- C) A fragmentação das ações por justaposição serve para demonstrar a desorganização mental do homem moderno quando está privado do auxílio do *smartphone*.
- D) O texto recorre à figura da elipse assíndeto para construir uma coesão implícita, na qual o nexos lógico de sucessão cronológica e de causa e efeito é restabelecido pela competência interpretativa do leitor.

Questão 09

No encerramento do texto, o autor apresenta a seguinte conclusão: “Aceitá-la como companheira é condição básica para nossa sanidade mental.” Analisando o papel dos termos destacados na estrutura e no sentido da oração, assinale a afirmativa correta.

- A) A preposição “para” estabelece uma relação semântica de causa, indicando o motivo pelo qual o homem contemporâneo adoce mentalmente.
- B) O termo “como” introduz uma oração subordinada adverbial comparativa, estabelecendo uma analogia de igualdade entre a solidão e um ser humano.
- C) O vocábulo “como” atua como conectivo de valor predicativo, introduzindo condição atribuída ao pronome “-la”, enquanto “para” expressa o alvo exigido por “condição básica”.
- D) Ambos os conectivos desempenham a mesma função sintática de introduzir adjuntos adverbiais de modo, modificando diretamente a forma como o verbo “aceitar” é conjugado.



Questão 10

No 6º§ do texto, o autor constrói o seguinte período: ***“Sabemos que as redes sociais foram desenhadas para viciar, que cada curta libera uma “dosezinha” de dopamina.”*** Do ponto de vista sintático, considerando a relação de dependência estabelecida no período composto, as orações sublinhadas são classificadas, respectivamente, como:

- A) Orações coordenadas sindéticas aditivas, pois expressam ações independentes e são introduzidas por um pronome relativo com valor adicional.
- B) Orações subordinadas adverbiais consecutivas, haja vista que indicam a consequência direta do ato de saber manifestado na oração principal.
- C) Orações subordinadas adjetivas explicativas, uma vez que funcionam como modificadores nominais que ampliam o significado do sujeito da oração anterior.
- D) Orações subordinadas substantivas objetivas diretas, pois completam o sentido do verbo transitivo direto “sabemos”, estando coordenadas de forma assindética.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Questão 11

Uma câmara municipal está adquirindo resmas de papel para atender às demandas administrativas e legislativas. Foram recebidas as seguintes propostas:

- Proposta A: 2.000 folhas por R\$ 120,00;
- Proposta B: 2.500 folhas por R\$ 145,00;
- Proposta C: 3.000 folhas por R\$ 168,00; e
- Proposta D: 3.500 folhas por R\$ 203,00.

Considerando exclusivamente o custo por folha, qual proposta apresenta a melhor relação custo-benefício para a câmara municipal?

- A) Proposta A.
- B) Proposta B.
- C) Proposta C.
- D) Proposta D.

Questão 12

Uma equipe de manutenção urbana é composta por 8 servidores, que realizam a limpeza de uma praça em 15 dias, trabalhando 6 horas por dia. Para executar um serviço semelhante em outra praça, cuja demanda corresponde ao dobro do trabalho anterior, a administração disponibilizou 12 servidores, que trabalharão 8 horas por dia. Nessas condições, o serviço será concluído em:

- A) 10 dias.
- B) 15 dias.
- C) 20 dias.
- D) 24 dias.

Questão 13

Uma prefeitura implantou um programa de arborização urbana. No primeiro mês foram plantadas 120 mudas. A cada mês seguinte, foram plantadas 15 mudas a mais que no mês anterior. De acordo com as informações, qual foi o total acumulado de mudas plantadas ao final do sexto mês?

- A) 885.
- B) 915.
- C) 945.
- D) 975.



Questão 14

A lógica matemática estuda as relações entre proposições e os critérios que permitem avaliar a validade de argumentos. Um argumento é considerado válido quando a conclusão decorre necessariamente das premissas apresentadas. Nesse sentido, considere as premissas a seguir:

1. Todo servidor que participa de cursos de capacitação amplia seus conhecimentos profissionais.
2. Carlos participa de cursos de capacitação.

Com base exclusivamente nessas premissas, assinale a alternativa que apresenta uma conclusão logicamente válida.

- A) Carlos amplia seus conhecimentos profissionais.
- B) Carlos participa de todos os cursos de capacitação oferecidos.
- C) Todos os servidores ampliam seus conhecimentos profissionais.
- D) Os conhecimentos profissionais de Carlos são superiores aos dos demais servidores.

Questão 15

Na Teoria dos Conjuntos, as operações de união, interseção e diferença permitem relacionar elementos pertencentes a um ou mais conjuntos. Considerando dois conjuntos quaisquer, A e B, assinale a afirmativa correta.

- A) A diferença $A - B$ é o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a A ou a B.
- B) A diferença $A - B$ é o conjunto formado pelos elementos que pertencem a A e também a B.
- C) A interseção de A e B é o conjunto formado pelos elementos comuns a ambos os conjuntos.
- D) A união de A e B é o conjunto formado pelos elementos que pertencem simultaneamente a A e a B.

INFORMÁTICA BÁSICA

Questão 16

Nos sistemas operacionais *Windows*, alguns recursos da arquitetura do sistema são responsáveis por garantir estabilidade, compatibilidade e controle da execução de programas e dispositivos de *hardware*. O componente do *Windows* responsável por controlar a comunicação entre o sistema operacional e os dispositivos de *hardware*, como impressoras, placas de vídeo e adaptadores de rede, é:

- A) Central de ações.
- B) Painel de controle.
- C) *Driver* de dispositivo.
- D) Área de transferência.

Questão 17

As ferramentas de redes de computadores são utilizadas para diagnóstico, monitoramento e verificação do funcionamento da comunicação entre dispositivos conectados em rede. Trata-se de uma ferramenta utilizada para analisar pacotes trafegados na rede, permitindo identificar informações sobre protocolos, origem, destino e conteúdo do tráfego capturado:

- A) *Tracert*.
- B) *Ipconfig*.
- C) *Nslookup*.
- D) *Wireshark*.

Questão 18

O *Google Chrome* disponibiliza recursos destinados à privacidade, segurança e gerenciamento da navegação dos usuários durante o acesso a páginas da *Internet*. Trata-se de um recurso do *Google Chrome* utilizado para impedir que *cookies*, histórico de navegação e dados temporários sejam armazenados localmente após o encerramento da sessão de uso:

- A) Tradutor integrado.
- B) Navegação anônima.
- C) Sincronização de perfil.
- D) Gerenciador de *downloads*.



Questão 19

Determinada câmara municipal passou a utilizar redes sociais digitais para divulgar sessões legislativas, audiências públicas e atos administrativos. Durante uma reunião administrativa, discutiu-se a necessidade de limitar a visualização de algumas publicações internas destinadas exclusivamente aos servidores e vereadores da instituição. Refere-se ao mecanismo das redes sociais utilizado para controlar quais usuários podem visualizar conteúdos publicados em um perfil institucional:

- A) Feed cronológico.
- B) Engajamento orgânico.
- C) Algoritmo de recomendação.
- D) Configuração de privacidade.

Questão 20

A Câmara Municipal de Montanha passou a utilizar, hipoteticamente, computadores conectados à *Internet* para tramitação de documentos administrativos e comunicação institucional. Durante um treinamento de segurança digital, os servidores foram orientados sobre mecanismos de proteção capazes de identificar programas maliciosos e bloquear conexões potencialmente perigosas. Trata-se do aplicativo de segurança utilizado para monitorar e controlar o tráfego de rede de entrada e saída em um computador ou rede institucional:

- A) Firewall.
- B) Antivírus.
- C) Anti-spyware.
- D) Ransomware.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 21

Durante uma sessão de alinhamento institucional na Câmara Municipal de Montanha, dois servidores, Joabe e Marília, debatiam sobre a organização, o funcionamento e as prerrogativas do Poder Legislativo. No curso da discussão, Joabe sustentou que as comissões do Poder Legislativo, em razão da matéria de sua competência, possuem atribuição constitucional para discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, ressalvada a possibilidade de interposição de recurso por parte dos membros da respectiva Casa Legislativa. Marília, por sua vez, defendeu que a inviolabilidade civil e penal dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos, desde que manifestada no exercício do mandato, estende-se de forma ampla a qualquer localidade do território nacional, de modo semelhante à imunidade assegurada aos congressistas. Considerando o regime constitucional aplicável ao Poder Legislativo, assinale a afirmativa correta.

- A) Ambos os servidores formularam proposições harmônicas com as normas constitucionais vigentes, evidenciando que a autonomia decisória das comissões coexiste com a amplitude territorial da imunidade material em âmbito nacional.
- B) Joabe apresentou uma conclusão equivocada sobre a descentralização do rito legislativo ordinário, ao passo que Marília demonstrou acerto técnico ao estender a prerrogativa da imunidade material de forma abrangente a todo o território nacional.
- C) Joabe demonstrou correto entendimento sobre o papel deliberativo das comissões, enquanto Marília incorreu em erro, pois a garantia da inviolabilidade material do vereador por suas opiniões, palavras e votos é circunscrita aos limites territoriais do respectivo município.
- D) Ambos os servidores estruturaram posicionamentos jurídicos em desconformidade com o texto constitucional, dado que o Plenário conserva a prerrogativa de manifestação final sobre todas as propostas normativas e a inviolabilidade parlamentar protege o agente político com idêntico alcance geográfico em qualquer localidade do país.



Questão 22

Um vereador apresentou projeto de lei ordinária visando instituir o regime jurídico dos servidores locais e definir regras sobre estabilidade. Após regular tramitação e aprovação em Plenário, o projeto foi encaminhado ao prefeito municipal. Este, sob o entendimento de que a matéria é de sua iniciativa reservada, resolveu vetar integralmente a proposta sob o fundamento de inconstitucionalidade formal. Diante do cenário exposto e da disciplina constitucional sobre iniciativa e veto, assinale a afirmativa correta.

- A) O veto parcial confere ao chefe do Poder Executivo a faculdade de rejeitar palavras ou expressões isoladas contidas no texto do projeto de lei, visando ao aperfeiçoamento da redação final.
- B) O vício de iniciativa formal verificado no projeto de lei é considerado sanado com a posterior aprovação do texto pelos membros do Poder Legislativo, o que torna o veto do Poder Executivo insubsistente.
- C) A manifestação de discordância fundamentada na inconstitucionalidade obriga o chefe do Poder Executivo a opor veto motivado em contrariedade ao interesse público, ficando vedado o uso de fundamentos jurídicos no texto do veto.
- D) O veto manifestado pelo chefe do Poder Executivo em razão de o projeto de lei versar sobre matéria de sua iniciativa privativa configura legítimo exercício de controle de constitucionalidade, cabendo ao Poder Legislativo deliberar sobre sua rejeição, hipótese em que a proposição será enviada para promulgação.

Questão 23

No âmbito de uma Câmara Municipal, a Mesa Diretora identificou a tramitação de alguns projetos de lei que visam estruturar a descentralização legal mediante a instituição de novas entidades da Administração Pública Indireta. Considerando o regime jurídico de criação e instituição das entidades descentralizadas, assinale a afirmativa que prevê uma medida juridicamente correta.

- A) A instituição de uma empresa pública exige autorização por lei específica, ocorrendo a sua criação com o posterior registro de seus atos constitutivos.
- B) A criação de uma autarquia dar-se-á mediante prévia autorização por lei específica, exigindo-se o registro de seus atos constitutivos no órgão competente para que a entidade adquira sua personalidade jurídica.
- C) A instituição de uma sociedade de economia mista voltada ao desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação será realizada diretamente por meio da respectiva lei específica, o que dispensa a necessidade de registro civil de seus atos constitutivos.
- D) A criação de uma fundação pública dotada de personalidade jurídica de direito público para o desempenho de atividades de assistência social dar-se-á mediante autorização por lei específica, dependendo do registro de seus atos constitutivos para iniciar regularmente suas atividades.

Questão 24

Três servidores públicos do Poder Legislativo – Hermes, Atena e Zeus – reúnem-se para alinhar o planejamento de três contratações distintas do órgão. Hermes propõe a utilização da modalidade carta-convite para a aquisição de materiais de consumo de uso rotineiro. Atena sugere a adoção da modalidade tomada de preços para a contratação de serviços comuns de engenharia na manutenção do prédio. Zeus prevê a aplicação da modalidade diálogo competitivo para contratar uma solução tecnológica que envolve inovação técnica. Considerando o regime de modalidades licitatórias previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- A) O primeiro projeto está correto, pois a carta-convite permanece aplicável para compras ordinárias no âmbito dos órgãos legislativos federais.
- B) O segundo projeto apresenta viabilidade jurídica, visto que a tomada de preços é admitida para a execução indireta de obras e serviços de engenharia.
- C) Os três projetos são válidos no ordenamento atual, dado que as normas gerais asseguram flexibilidade na escolha procedimental pela Mesa Diretora.
- D) O terceiro projeto é juridicamente viável, tendo em vista que o rol legal de modalidades admite o diálogo competitivo e não contempla a carta-convite ou a tomada de preços.



Questão 25

No âmbito do Poder Legislativo, os servidores do setor de suporte técnico analisam a conformidade de rotinas internas ligadas ao andamento processual, ao fornecimento de dados institucionais e ao resguardo de informações dos cidadãos. Para tanto, avaliam as três afirmativas, a seguir, que constam de documentos internos da Casa:

- I. A decisão de recursos administrativos constitui matéria proibida de sofrer delegação de competência.
- II. O conceito de dado pessoal sensível estabelecido em lei abrange toda informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável.
- III. Por expressa previsão legal, o regime de proteção de dados pessoais aplica-se aos órgãos do Poder Executivo, ficando as estruturas do Poder Legislativo desobrigadas de cumprir as suas normas gerais.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

O município de Montanha necessita realizar uma operação de crédito externo junto a um banco internacional para financiar obras de macrodrenagem. Simultaneamente, o prefeito municipal encaminhou à Câmara o relatório anual de suas contas. Durante as discussões, um grupo de vereadores questiona de quem é a competência para autorizar o empréstimo internacional e qual o procedimento correto relativo à prestação de contas do prefeito. Considerando as regras de competência privativa da Câmara Municipal, os deveres de prestação de contas previstos na Lei Orgânica do Município de Montanha (LOM) e, ainda, a disposição constitucional a respeito dos temas, assinale a afirmativa que descreve corretamente o trâmite jurídico a ser adotado.

- A) A LOM não prevê à Câmara Municipal a competência para autorizar, internamente, uma operação de crédito internacional, sendo este um ato privativo do Poder Executivo municipal, com aval do Tribunal de Contas. Sobre as contas do prefeito, são julgadas pela Casa Legislativa do município.
- B) A operação de crédito externo deve ser autorizada por Lei Complementar de iniciativa privativa do prefeito, restringindo-se a Câmara à sanção tácita. As contas do prefeito, por sua vez, devem ser prestadas ao Tribunal de Contas do Estado, com auxílio do controle externo da Câmara Municipal.
- C) Em âmbito interno municipal, a autorização para a assunção da operação de crédito externo é de competência privativa da Câmara de Vereadores; sujeitando-se, contudo, à obrigatória autorização pelo Senado Federal. Em relação às contas do prefeito, ele deve prestá-las a julgamento da Câmara.
- D) A Câmara Municipal possui competência privativa para autorizar a operação externa de natureza financeira, razão pela qual essa atribuição dispensa apreciação por outro órgão ou poder. Quanto às contas, o prefeito deve prestá-las à Câmara Municipal que as julgará de forma terminativa, sem obrigatoriedade de auxílio externo.

Questão 27

O desenvolvimento na carreira do servidor público municipal efetivo é um instrumento de valorização profissional que obedece a critérios rigorosos estabelecidos em lei, visando conciliar o mérito do servidor com a capacidade orçamentária e o interesse da Administração Pública. O Estatuto dos Servidores Municipais de Montanha diferencia institutos que, embora semelhantes na finalidade de ascensão, possuem naturezas e requisitos jurídicos distintos. À luz da Lei Complementar Municipal nº 16/2010 – Estatuto dos Servidores, assinale a afirmativa que distingue corretamente os institutos da progressão e da promoção.

- A) A promoção é um direito subjetivo incondicionado do servidor após o estágio probatório, enquanto a progressão depende de autorização legislativa específica anual para ter eficácia financeira.
- B) A progressão é a elevação do servidor à classe imediatamente superior dentro da mesma carreira, enquanto a promoção é a passagem para outro padrão de vencimento, independentemente de vaga.
- C) Ambos os institutos garantem a mudança de cargo do servidor para uma carreira distinta, sendo a progressão baseada em antiguidade e, a promoção, restrita à apresentação de titulação acadêmica e mérito.
- D) A progressão é a passagem do servidor de seu padrão de vencimento para outro imediatamente superior dentro da faixa do cargo a qual pertence. A promoção se dará a critério da Administração, dependendo sempre de existência de vaga e disponibilidade financeira.



Questão 28

O poder disciplinar da Administração Pública é exercido por meio de instrumentos formais que garantem a apuração de irregularidades e a aplicação de sanções, sempre com respeito ao devido processo legal. No âmbito do município de Montanha, o Estatuto dos Servidores prevê a Sindicância e o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) como instrumentos de apuração. Considerando as disposições da Lei Complementar Municipal nº 16/2010 sobre o regime disciplinar e, ainda, a jurisprudência sedimentada sobre o tema, assinale a afirmativa correta quanto à competência, à instauração e aos resultados desses procedimentos de apuração de infrações administrativas.

- A) As denúncias anônimas sobre graves irregularidades obrigam à imediata instauração de PAD, sendo dispensada a sindicância prévia, ainda que o fato narrado não configure infração disciplinar evidente.
- B) A sindicância só pode ser instaurada pelo prefeito municipal, sendo vedada sua instalação aos secretários municipais e ao presidente da Câmara; procedimento o qual resultará, no máximo, em pena de advertência.
- C) Dentre outras consequências previstas em lei, a sindicância é um procedimento sumário que pode resultar no arquivamento dos autos, na aplicação de suspensão de até dez dias, ou até na instauração de PAD se a infração exigir pena de demissão.
- D) Nos casos em que a sindicância apurar que a infração também configura ilícito penal, a autoridade competente aplicará a pena de demissão com base em relatório final fundamentado; vedado o envio de cópias ao Ministério Público antes do trânsito em julgado administrativo.

Questão 29

No início de cada ano, a Câmara Municipal de Montanha precisa cumprir obrigações legais de prestação de contas. Simultaneamente, um vereador sofre condenação criminal transitada em julgado. A Mesa Diretora se reúne para deliberar sobre as providências cabíveis para ambas as situações. Com base nas competências privativas da Mesa da Câmara previstas no Regimento Interno da Casa, nas regras da Lei Orgânica Municipal (LOM) sobre a perda de mandato e, ainda, em harmonia com a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa que indica os procedimentos jurídicos corretos a serem adotados para o caso hipotético.

- A) A Mesa deve enviar as contas do exercício anterior ao prefeito até o dia vinte de janeiro. Em relação à condenação criminal, a perda do mandato do edil deverá ser decidida pelo Plenário da Câmara, por maioria absoluta e em votação nominal.
- B) A Mesa Diretora deve enviar ao prefeito as contas do exercício anterior até o último dia de janeiro. Quanto ao vereador condenado, a Mesa deve declarar diretamente a perda do mandato, uma vez que a condenação criminal é fato objetivo que dispensa a deliberação do Plenário.
- C) A Mesa deve enviar as contas diretamente ao Tribunal de Contas do Estado até o dia trinta e um de janeiro. A perda do mandato do vereador deverá ser submetida ao Plenário, que decidirá por maioria absoluta e voto secreto, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Casa.
- D) Compete à Mesa elaborar a proposta orçamentária do Município até quinze de janeiro. Quanto ao vereador, a perda do mandato deve ser decidida pelo Plenário por maioria qualificada e voto aberto, conforme jurisprudência prevalente do STF sobre a deliberação parlamentar em casos de perda de mandato.

Questão 30

O Plenário da Câmara Municipal de Montanha está debatendo um polêmico projeto de lei ordinária de autoria do Poder Executivo. Durante a primeira discussão, que ocorreu artigo por artigo, uma vereadora apresenta um requerimento verbal solicitando o adiamento da discussão por cinco dias, para melhor análise. Em seguida, argumentando que o assunto já está exaurido, outro vereador apresenta requerimento para encerramento da discussão. Com base nas regras do Regimento Interno sobre a disciplina dos debates e discussões, assinale a afirmativa que indica o procedimento regimental correto a ser adotado pelo presidente da Câmara.

- A) O presidente deve submeter ambos os requerimentos à votação simultânea, prevalecendo aquele que obtiver a maioria absoluta dos votos dos presentes.
- B) O presidente deve acatar o pedido da vereadora para adiamento, pois este tem preferência absoluta e suspende a sessão; não havendo previsão regimental de deliberação pelo Plenário.
- C) O projeto de lei ordinária está sujeito a uma única discussão em bloco, não havendo previsão regimental para o debate artigo por artigo. Ademais, o encerramento da discussão é prerrogativa exclusiva do autor do projeto.
- D) O requerimento de adiamento não poderá ser recebido, pois só pode ser proposto antes do início da discussão da proposição. Quanto ao encerramento, só poderá ser requerido se já tiverem falado pelo menos dois vereadores favoráveis e dois contrários à proposição.



CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 31

Na Câmara Municipal de Montanha, ao examinar a proposta de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2027, o analista legislativo percebe que a Poder Executivo deixou de incluir as despesas com investimentos da secretaria de infraestrutura do município, o que resultou em uma diferença de R\$ 750.000,00 entre a despesa fixada e a receita estimada no projeto. Com base no caso hipotético, é correto afirmar que a conduta do Executivo configura violação direta aos seguintes princípios orçamentários:

- A) Anualidade e equilíbrio.
- B) Unidade e universalidade.
- C) Universalidade e exatidão.
- D) Universalidade e equilíbrio.

Questão 32

Em uma sociedade, a ideia de “tipo” de orçamento público está estritamente ligada ao nível de atuação dos poderes constituídos na elaboração da peça orçamentária e na alocação dos recursos disponíveis. Nesse contexto, é correto afirmar que, no Brasil, o tipo de orçamento é classificado como:

- A) Misto.
- B) Executivo.
- C) Segregado.
- D) Legislativo.

Questão 33

A câmara municipal de determinado município editou uma resolução que feria direitos adquiridos de um grupo de munícipes, que ingressaram com ação de reparação de danos junto ao Tribunal de Justiça, solicitando indenização de R\$ 1.500.000,00 pelos danos sofridos. Segundo a Procuradoria Jurídica, a probabilidade de condenação do município é alta, e o tempo estimado para conclusão do processo é de três anos. À luz das informações fornecidas e, ainda, com base na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o correto tratamento contábil a ser adotado é o registro de um(a):

- A) Provisão no Passivo Circulante.
- B) Provisão no Passivo Não Circulante.
- C) Passivo contingente no Passivo Não Circulante.
- D) Obrigação constituída no Passivo Não Circulante.

Questão 34

Uma vez aprovado pelo Legislativo, o orçamento não se torna uma peça rígida e imutável. A legislação orçamentária permite que se façam alterações diante dos imprevistos que ocorrem durante a execução orçamentária através dos chamados Créditos Adicionais. Sobre o assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- () A abertura de créditos extraordinários dispensa a indicação da fonte de recursos para a realização da despesa, haja vista sua natureza de urgência. Contudo, a autorização legislativa prévia é necessária para a sua realização.
- () Os suplementares são aqueles destinados a reforço de dotação orçamentária já existente na Lei Orçamentária Anual (LOA), e serão autorizados por lei (que pode ser a própria LOA) e abertos por decreto executivo.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) V, F, F.
- C) F, V, V.
- D) F, V, F.



Questão 35

Segundo a Lei nº 4.320/1964, o regime de adiantamento (ou suprimento de fundos) é uma modalidade de execução da despesa orçamentária para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. Com base na referida norma e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, é INCORRETO afirmar que:

- A) O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei, e consiste na entrega de numerário a servidor.
- B) Para conceder o recurso ao suprido é necessário percorrer os três estágios da despesa orçamentária: empenho, liquidação e pagamento, nessa ordem.
- C) As restituições, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida dos valores adiantados a título de suprimento de fundos, constituem receita orçamentária, quando ocorrerem no mesmo exercício da concessão.
- D) Na liquidação da despesa orçamentária, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há também a incorporação de um ativo, que representa o direito de receber um bem ou serviço, objeto do gasto a ser efetuado pelo suprido, ou a devolução do numerário adiantado.

Questão 36

Sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, e com base nas orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª Edição, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ativo é um recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado. Recurso, por sua vez, é um item com potencial de serviços ou com a capacidade de gerar benefícios econômicos.
- II. Para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa são utilizadas as classes 7 e 8 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
- III. A elaboração e publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é uma das exigências expressas na Lei nº 4.320/1964.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

Questão 37

Com base nas disposições da Constituição Federal de 1988, sobre o Sistema Tributário Nacional, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () As alterações na legislação tributária buscarão atenuar efeitos progressivos da tributação sobre a renda e o consumo.
- () A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, guerra externa ou sua iminência. A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.
- () Compete aos Municípios instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana, sobre transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis e sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários realizadas na circunscrição de seu território.

A sequência está correta em

- A) V, F, F.
- B) V, F, V.
- C) F, V, V.
- D) F, V, F.

Questão 38

Determinado investidor aplicou R\$ 15.000,00 em um título que rende juros simples. A taxa de juros contratada foi de 1,2% ao mês para os dois primeiros meses; e de 1,5% ao mês para os quatro meses seguintes. Ao final do sexto mês, o investidor resgatou todo o montante. De acordo com o exposto, qual o valor resgatado?

- A) R\$ 15.840,00.
- B) R\$ 16.260,00.
- C) R\$ 16.320,00.
- D) R\$ 17.120,00.



Questão 39

No exercício financeiro de 2025, o município de São João da Serra arrecadou, hipoteticamente, uma Receita Corrente Líquida de R\$ 3.000.000,00. No mesmo período, as Despesas com Pessoal do Poder Executivo alcançaram R\$ 1.560.000,00, enquanto as do Legislativo foram da ordem de R\$ 210.000,00. Com base nas disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a afirmativa correta.

- A) O ente consolidado (Município) está abaixo do teto previsto na LRF; porém, o Poder Legislativo ultrapassou seu limite individual.
- B) O Poder Executivo ultrapassou o limite individual de 54% da Receita Corrente Líquida, enquanto o Legislativo encontra-se dentro do seu limite de 6%.
- C) Ambos os Poderes (Executivo e Legislativo) estão dentro dos seus limites individuais, e o Município como um todo também está abaixo do teto global de 60%.
- D) O percentual das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo encontra-se em um patamar abaixo do teto máximo estabelecido pela Lei, mas acima do limite prudencial de 95% do teto.

Questão 40

Sobre o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC), com base no Decreto nº 10.540/2020, analise as afirmativas a seguir.

- I. O SIAFIC será único para cada ente federativo e permitirá a integração com outros sistemas estruturantes, vedada a existência de mais de um SIAFIC no mesmo ente federativo, mesmo que estes permitam a comunicação, entre si, por intermédio de transmissão de dados.
- II. Dentre outras informações, o SIAFIC deverá controlar e permitir a evidenciação das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros, e da origem e da destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica.
- III. O Poder Executivo é o gestor primário do sistema, e poderá interferir nos atos do ordenador de despesa de outros Poderes, para a gestão dos créditos e recursos autorizados em conformidade com o cronograma de desembolso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



